

RESPOSTA A ROGÉRIO PIRES

Filipe Verde

Se há evidência que a antropologia sempre reconheceu é a de que o meio em que somos inculturados molda de forma decisiva a nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Isso é assim para a própria antropologia e, portanto, ser antropólogo é concomitante da aquisição e reprodução de um conjunto de ideias que definem todo um modo de ser e pensar. Certamente nenhuma dessas ideias e formas de pensar é unânime, mas, por serem maioritariamente partilhadas, tornaram-se o núcleo definidor da disciplina e os seus ecos e influência vão-se fazendo sentir ao longo das gerações. É a sua permanência que as vai tornando evidências que se assumem acriticamente, dando à comunidade em causa um estatuto que se assemelha – distâncias à parte – ao de um culto. Quando isso acontece, os seus membros tornam-se simplesmente incapazes de compreender outras formas de pensar, nos casos mais benignos, ou francamente intolerantes a tudo o que se apresenta como contrário aos ídolos da sua comunidade. Quanto aos ídolos da antropologia escuso de me deter sobre eles, visto que “Estrangeiros universais” já se ocupa disso. São eles o relativismo cultural normativo e a ideia de que o conhecimento que possamos produzir por relação a e sobre outras culturas depende da posse e aplicação de teorias ou metateorias, seja o que for que isso queira dizer – uma ideia dir-se-ia teológica, pelo menos na obscuridade que convida à eterna discussão sobre o seu conteúdo. Nas celebrações do culto, proclama-se incessantemente o mandamento de levar tudo o que provém da boca de um nativo “a sério”, tecem-se orações ao “conceito antropológico de conceito” e à “simetria”, tudo isso perante o altar da “alteridade” e entoando os cânticos da incomensurabilidade e da indómita vontade de a vencer. Os teólogos cristãos discutiam o mistério da transubstanciação do vinho e do pão em sangue e carne e se Adão tinha ou não umbigo, os sacerdotes da antropologia sobre como podem os gémeos ser pássaros, os homens pecaris e o pó poder. Porque, sim, são esses os temas a partir dos quais se erguem as discussões dos concílios da metateoria, que vão seguindo o preceito de soterrar qualquer vestígio de irracionalidade sob as carradas de “dados etnográficos” e “conceitos” necessários para que ela se transubstancie no seu contrário – ou meramente desapareça de vista, sossegando assim consciências antietnocêntricas. Do lado de fora do templo estão os que permanecem cegos à verdade antropológica, entre eles essa coisa marginal cujo valor não se deixa perceber, a filosofia, que num espírito ecuménico e generoso esses sacerdotes se dispõem por vezes a escutar, embora só o aceitem fazer “nos seus próprios termos”, termos pelos quais, por meio de uma citação ou episódio descritivo, colocam no seu interior uma “pessoa” – *i. e.*, um nativo, ou talvez melhor, os

nativos, porque os conhecemos o suficiente para saber que também eles, como nós, têm os seus desacordos filosóficos.

Eu sou daqueles que estão fora do templo da teoria e da metateoria, por uma razão simples: nunca nele quis entrar. E não é certamente o propósito desta resposta repetir as ideias que o artigo apresenta como razão de tal. Do meu lugar de observação tudo nele me parece muito inautêntico, muito estéril, muito equívoco, muito irrelevante, e em última análise como contingente, o rumo que uma comunidade tomou, entre outros que, quem sabe, teriam sido possíveis. E nunca encontro nos exercícios abstratos e malabarismos concetuais o nativo que se proclama lá estar, mas permanece afinal como uma entidade tipificada pelos termos como o antropólogo o vai exotizando e soterrando sob o templo da metateoria, que ele crê ter o poder de superar obstáculos afinal imaginários mas que, em última análise, é a razão de ser da sua crença na existência desses obstáculos.

Diz Rogério Pires que “simplifico” as teses do OT e do perspectivismo focando-me nos seus aspetos “programáticos”. Se isso é assim, é porque não me parece que perseguir o modo como elas são adensadas por avalanches de publicações acrescente algo qualitativamente distinto ao que os seus autores-chave nos dizem quando se tornaram programáticos. E foi essa dimensão programática e de “manifesto”, na qual por isso mesmo se delineiam os seus traços fundamentais, que me interessou e para a qual olhei criticamente como mais uma manifestação dos velhos equívocos em que permanecem alegremente enredados os que foram trazendo a “ontologia” para a antropologia sob os auspícios do OT. Não foi meu objetivo estabelecer alguma via de diálogo com o OT, mas tão simplesmente mostrar porque o devemos recusar, e deixar para trás. E por isso também não é meu objetivo nesta resposta envolver-me em discussões que me parecem estéreis sobre pormenores da doutrina ou sobre a sua relação com a etnografia, de que resultam os “experimentos teóricos complexos” de que Pires fala. É que, como também julgo que o ensaio mostra, os fracassos do OT não se medem por fatores de ordem “empírica”, remontando a algo mais básico: são fracassos concetuais. Não surpreende que Pires encontre em “Estrangeiros universais” “erros”; surpreendente seria que isso não acontecesse, dada a sua inculturação antropológica. Pires encontra nesses “erros” o ímpeto necessário para ir suplementando os pilares do OT com o que Popper chamou “hipóteses *ad hoc*” (neste caso, podemos chamar-lhe adendas *ad hoc*), o habitual mecanismo de defesa das teorias perante o que as refuta. Reciprocamente, também eu encontro no seu comentário senão erros pelo menos o que me parecem compreensões deficientes de muitas das questões que aborda por referência ao que afirmo no ensaio. Mas mais uma vez, deter-me nisso conduziria a caminhos viciosos e ao crochê académico.

Muitas vezes dizia aos meus estudantes que o que é importante e interessante não é antropologia, mas o que ela estuda – esses quase infinitos mundos humanos que tivemos ou temos a possibilidade de conhecer. O que é importante

não são as ideias que emanam do templo (da “academia”), mas o mundo fora do templo, os mundos humanos concretos, históricos e contemporâneos. Disse Gadamer a propósito da estética que aqueles que buscam uma verdade sobre a arte só o fazem porque perderam o rasto da verdade da arte – tornando-se filistinos intelectuais. Do mesmo modo, aqueles que procuram produzir verdades sobre os outros só o fazem porque perderam o rasto das verdades desses outros – mesmo que disso não saibam e por muito forte que seja a sua crença de que o não perderam. Mas não parece descabido pensar que para encontrar esse rasto devemos tornar-nos seus interlocutores não por referência ao que neles se nos afigura como absurdo, mas, pelo contrário, ao que se nos revela como verdadeiro e, por isso, como instrutivo, e como o que assim adquire sobre nós a autoridade suficiente para que através dos diálogos que com eles mantemos nos movamos para uma melhor compreensão do assunto que com eles discutimos e procuramos esclarecer. Na certeza de que se de um diálogo se trata, há um interlocutor, ou seja, como é uso dizer, um “nativo”, que não tem de ser trazido para dentro de nada porque faz geneticamente parte do processo. E na certeza evidente também de que se se tratar de um diálogo genuíno dispensa a presunção de superioridade cognitiva implícita à ideia que cabe ao antropólogo, armado do arsenal da teoria, explicar porque acreditam os nativos no que ele próprio, no âmago, não pode acreditar. Não penso como Pires que “aquilo que soa absurdo num primeiro momento, quando levado às suas últimas consequências filosóficas, discursivas, pragmáticas, políticas, muitas vezes é o material antropológicamente mais interessante”, seguindo o *motto* exotizador da antropologia que se deixa guiar pela teoria. Penso o contrário, que aquilo que se apresenta como absurdo é, por isso mesmo, desinteressante, tanto mais que o que soa a um primeiro momento como tal assim permanece mesmo quando levado a essas “últimas consequências” – no fim destas ele foi meramente e paternalisticamente justificado. E pode assim Pires acreditar que penso que os religiosos cubanos não têm nada a acrescentar ao debate sobre a relação entre imanência e transcendência, a não ser na medida em que todos os outros religiosos o tenham, se acaso a imanência e transcendência têm alguma coisa a ver ou são úteis para pensar o assunto do poder do pó usado na adivinhação cubana ou noutras, e se acaso essa é uma questão com que valha a pena perder tempo.

Um dos males de raiz da antropologia é a geral falta de imaginação dos seus autores, que por isso e para se moverem na paisagem que julgam de trevas da diversidade cultural da humanidade creem necessitar de uma lanterna, ou seja, de alguma teoria. À luz dessa crença e por medo de se perderem no escuro, tornam-na tão importante e indispensável que vemos os proponentes e seguidores do OT parados a iluminarem-se uns aos outros e a discutir sobre o que fazer para melhorar a própria lanterna, assim esquecidos do que podem encontrar na paisagem, uma paisagem que talvez não seja de trevas mas de luzes, porque

é em plena luz do dia que foram e vão ocorrendo historicamente os diálogos hermenêuticos da humanidade – diálogos de que, como digo no ensaio, só se excluem, paradoxalmente, os antropólogos quando vestem a pele de estrangeiros universais, como os iluminados por um princípio de valor universal que observam os que permanecem presos às grilhetas do “costume”, tal como elas se manifestam em termos locais. O mal de tudo isso nem está tanto no que assim recursivamente encontram nos mundos da sua curiosidade, mas no que desse modo jamais poderão neles encontrar. A teoria oferece um modo já dado sobre como e o que interrogar e, mais do que isso, um modo já dado de pensar a própria finalidade desse ato, uma finalidade que se crê ser, se de teoria se trata, “científica” e por isso “empírica”. Mas as teorias são os instrumentos que empecilham o pensamento porque limitam o exercício da imaginação, desde logo a que é necessária para identificar aqueles que possam ser planos de troca e relação com o que é outro em que não nos colocamos na posição de ter de encontrar as razões para o que ele diz porque percebemos que ele tem razão no que diz – hipoteticamente, por exemplo, e como digo no ensaio, sobre o que é ser-se humano, animal ou deus, ou sobre a sociedade, a morte, o belo ou a justiça, ou até a verdade, como utensílio pragmático e horizonte indispensável da nossa relação com o mundo e os outros, nomeadamente para reconhecer o que não é verdade e que, por não o ser, não fixa a nossa atenção senão artificialmente e em nome do relativismo. Há uma frase de Martin Hollis que diz tudo: “Social scientists will hardly grant that one can understand only what, at bottom, one believes to be true”.

Também por vezes sugeria aos meus alunos que lessem *Cristo Parou em Eboli*, de Carlo Levi, um médico que o fascismo italiano exilou para uma pequena comunidade do sul de Itália, na esperança de que através desse extraordinário livro percebessem o quanto a prática e descrição etnográfica dispensam a teoria, porque aquilo de fundamental em que ela repousa é na imaginação, inteligência, tacto, bom gosto, cultura humanística, bem como num uso rico e até poético da linguagem, que não tem de ser outra senão a linguagem comum – coisas que a academia não cultiva e antes atrofia.

Suponho, e tendo em consideração a história teórica da antropologia, que não falte muito tempo para que as páginas das revistas da disciplina esqueçam o OT e sejam invadidas por uma nova voga provinda da academia, um qualquer “pós-OT”. Não creio que vá ter energia ou tão-pouco vontade para acompanhar as discussões que aí se irão travar, permanecerei ao ar livre e fora do culto. Evidentemente ainda não pude ler os textos da nova e futura experiência teórica da antropologia, mas a persistirem como é provável na sua arenga de uma doutrina espúria, posso antecipadamente dizer que não gosto deles. Mas há outras coisas para ler de que gostarei, até dentro da antropologia, que não deve ser confundida com as alucinações sobre absurdos dos seus messias teóricos.